

ESTADO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

*STATE OF THE ART: AN ANALYSIS OF DISSERTATIONS AND THESES ON THE
EXPANSION AND INTERIORIZATION OF THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION,
SCIENCE AND TECHNOLOGY*

¹ Suelma dos Reis Pereira Alves

² Léia Adriana da Silva Santiago

³ Marco Antônio de Carvalho

⁴ Rosita Camilo de Souza

¹ Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. suelma.guarinos@hotmail.com,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3450-7497>

² Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. leiasantiago01@gmail.com,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6057-6808>

³ Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. marco.carvalho@ifgoiano.edu.br,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5127-5886>

⁴ Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. rosita.souza@ifg.edu.br,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7074-2833>

Artigo submetido em 27/09/2022, aceito em 01/11/2024 e publicado em 18/02/2025.

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre as produções científicas e tecnológicas que buscam analisar o processo de interiorização e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), verificando se o que era proposto pelo programa de expansão realmente aconteceu, se houve transformações locais e regionais onde essas instituições foram construídas, ou onde outras instituições foram transformadas em IFs. Para a realização deste estudo, faz-se uma seleção das dissertações e teses publicadas em duas bases de dados, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), no período de 25 a 30 de julho de 2022, resultando na análise de 21 trabalhos, sendo 19 dissertações e duas teses. Os resultados apontam que o IF tem cumprido o seu papel social com a ampliação das vagas e da oferta de novos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, concomitantes e subsequentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento local e regional; cursos técnicos; Institutos Federais.

Abstract: The goal of this paper is to present the state of the art on the scientific and technological studies that analyze the interiorization and expansion of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (FIs), checking out the local and regional changes where these institutions were build or where other institutions were turned into FIs. For this study, it was made a selection of theses and dissertations published in two databases, the Digital

Library of Theses and Dissertations (BDTD, initials in Portuguese) and the Catalogue of Theses and Dissertations from CAPES, in the period from July 25 to 30, 2022, resulting in the analysis of 21 works, being 19 dissertations and two theses. The results show that the FIs have been fulfilling their social role with the expansion of vacancies and the offer of new technical courses integrated with High School, concomitantly and subsequently.

Key-words: Local and regional development; technical courses; Federal Institutes.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo teve sua origem na necessidade de conhecer melhor as produções acadêmicas que se aproximam do objeto de pesquisa que estudamos no mestrado de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O objetivo da nossa pesquisa era verificar a inserção dos jovens do município de Guarinos no Ensino Médio Integrado (EMI) e nos cursos técnicos subsequentes ofertados no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – Campus Ceres. A dissertação é intitulada “Aprofundando a interiorização da Educação Profissional Tecnológica do IF Goiano Campus Ceres: impactos vividos por egressos de Guarinos”.

A Lei n. 11.892/2008 modificou as escolas profissionalizantes ao criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Se antes o seu papel de ensino era direcionado à inserção dos alunos no mercado de trabalho, hoje está direcionado para o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando a formação crítica do sujeito, além da profissional. A Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a essas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2023b).

De acordo com o 2º artigo da Lei n. 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições de “educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008).

A expansão do ensino federal possibilitou a interiorização e a adequação de tecnologias de acordo com a realidade local, pois facilita o acesso tecnológico para os menos favorecidos, incentiva e promove a cultura e as artes em seu entorno. Outro benefício da interiorização é a retenção de profissionais qualificados especialistas, mestres e doutores na região, o que causa impacto intelectual local e melhora de capital humano (CEHELLA, 2019).

O Estado do conhecimento proporciona uma visão atual e ampla dos resultados de pesquisas ligadas ao objeto que se pretende estudar. A sua construção possibilita o mapeamento das teorias já existentes, fornecendo segurança sobre as fontes de estudo. Ele é o movimento inicial da pesquisa, pois localiza e norteia os passos da investigação por meio do conhecimento da produção intelectual existente sobre nosso objeto de estudo (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Desse modo, este estudo teve por objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre as produções científicas e tecnológicas que buscam analisar o processo de interiorização e expansão dos IFs, verificando se o que era proposto pelo programa de expansão realmente aconteceu, se houve transformações locais e regionais onde essas instituições foram construídas, ou onde outras instituições foram transformadas em IFs.

Essa busca teve como meta verificar como os pesquisadores estão problematizando essa temática, quais os conceitos mais discutidos, os teóricos mais mencionados, os caminhos metodológicos percorridos e os resultados alcançados. Os autores que fundamentam o estudo são: Cechella (2019), Lima (2017), Pereira (2009), entre outros.

Para o objetivo proposto, o artigo está dividido em cinco partes, começando por esta introdução. Na segunda parte, são apresentadas as fases e as prioridades de cada etapa do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Na terceira, é descrito o percurso metodológico com as etapas realizadas para a construção desse estado do conhecimento. Já na quarta, são apresentados os resultados e, na quinta parte, são tecidas as considerações finais.

2 O PROGRAMA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O plano de expansão da Educação Profissional e Tecnológica ocorreu em três fases. A primeira foi lançada em 2005 com a Lei n. 11.195, sendo anunciada a construção de 64 unidades de ensino. A prioridade era construir nos estados que não tinham as instituições, nas periferias dos grandes centros urbanos e nos municípios interioranos. Os cursos deveriam ser criados de forma articulada com as potencialidades do mercado de trabalho (PEREIRA, 2009).

A segunda fase da expansão aconteceu entre 2007 a 2010, período que teve o seguinte *slogan*: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Foram instaladas 150 novas unidades de ensino, que, com as 64 da Fase I, somam 214 novas construções. O contexto social e econômico do país em volta da EPT se expandiu por meio das Chamadas Públicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), um momento de muita demanda por profissionais qualificados.

As chamadas públicas aconteceram por meio de editais do MEC para que instituições interessadas fizessem propostas para participar do plano de expansão elaborado para as instituições de educação profissional. Essas chamadas observavam diversas características socioeconômicas, sendo o objetivo não somente implantar novas unidades de ensino, mas sim cumprir as determinações legais de tornar a EPT mais inclusiva na vida das pessoas (LIMA, 2017). Foram orientadas pelos seguintes critérios:

a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação; c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento; d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; g) identificação de potenciais parcerias (BRASIL, 2007, p. 1-2).

A presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2011, anunciou a terceira fase da expansão, sendo planejado na época que até 2014 o Brasil teria mais 208 unidades dos Institutos Federais. Os critérios para a seleção dos municípios contemplados foram os seguintes: população superior a 50 mil habitantes, elevado percentual de pobreza, os arranjos produtivos locais. Com a implantação dessas novas unidades, a Rede Federal deveria contar em 2014 com 562 escolas localizadas em 512 municípios (BRASIL, 2011).

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente estudo é uma análise bibliográfica do tipo estado do conhecimento. Esse tipo de pesquisa possibilita fazer o mapeamento e a análise das produções científicas de um determinado tema e contribui para que o pesquisador reflita sobre os estudos que foram realizados, relacionados com o seu objeto de pesquisa (FERNANDES; D'ÁVILA, 2016).

Sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2002, p. 131) a define como sendo “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, livros, artigos, teses etc. [...]. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”.

Na construção deste estado do conhecimento, usamos a base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES). Para tal levantamento, foram utilizados os seguintes descritores: EXPANSÃO INTERIORIZAÇÃO AND INSTITUTO FEDERAL. Foram encontradas 60 pesquisas na plataforma BDTD, sendo 46 dissertações e 14 teses, das quais havia quatro repetidas. No CAPES, foram localizadas 27 pesquisas, dentre as quais 15 eram dissertações e sete teses, sendo que uma estava repetida. A busca foi feita nas duas plataformas entre os dias 25 a 30 de julho de 2022. Não foi feita uma delimitação temporal para realizar a busca.

Após a leitura dos títulos, resumos e introdução de todas as dissertações e teses, foi feita a exclusão por meio dos critérios: pesquisas que discutiam a expansão e interiorização do ensino fundamental, ensino superior, formação de professores, satisfação dos servidores, expansão das universidades federais. Foram incluídos todos os estudos que analisaram a expansão e interiorização focando nos cursos técnicos, ou seja, Ensino Médio Integrado, cursos concomitantes e subsequentes, considerando estudos de *campi* construídos durante o Programa de Expansão da Rede Federal e de instituições transformadas em IF no período da expansão. Foram incluídos estudos nacionais discutindo a expansão de acordo com os indicadores, estudos sobre a expansão no âmbito estadual e, por fim, estudos que analisaram a expansão de um campus específico construído no Programa da Expansão.

Após a leitura dos títulos, resumos e introduções, foram selecionados 15 estudos da BDTD e seis da CAPES. Foram incluídas 19 dissertações e duas teses defendidas entre os anos de 2011 a 2020. Não foram encontrados estudos em outros anos discutindo a temática desse estado do conhecimento. O presente estudo se limita a essas questões, verifica, as considerações finais, os métodos utilizados, os conceitos discutidos pelos pesquisadores e os principais resultados encontrados por esses 21 pesquisadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresentamos o Quadro 1, com os títulos das dissertações e teses encontradas, seguidas do ano, autor e instituição onde a pesquisa foi realizada.

Quadro 1 – Dissertações e Teses obtidas na BDTD e CAPES sobre a expansão e interiorização dos Institutos Federais entre os anos de 2010 e 2021.

TIPO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Dissertação	(COSTA, 2011)	Educação Profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Dissertação	(BROTTO, 2013)	O processo de expansão do IFES: democracia, participação e função social	Universidade Federal do Espírito Santo

Dissertação	(FRANÇA, 2013)	A assistência estudantil e a efetivação do direito à educação no IFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Dissertação	(LEITE, 2013)	A expansão e a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas sob a ótica da qualidade	Universidade Federal do Amazonas
Dissertação	(MACEDO, 2014)	Educação Profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Dissertação	(FURTADO, 2014)	Análise da Eficiência Técnica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Universidade Federal do Espírito Santo
Dissertação	(MOREIRA, 2015)	A política pública da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Dissertação	(ESTEVO, 2016)	Educação Profissional no Brasil e interiorização do Instituto Federal de São Paulo: Trajetórias e Lógicas da Expansão	Universidade Federal de São Carlos
Dissertação	(SANTOS, F., 2016)	Expansão e Interiorização da Rede Federal de Educação Profissional: reflexões sobre a implantação do IFES Campus Ibatiba	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Dissertação	(STUNPF, 2016)	A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vivida	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Dissertação	(MORITZ, 2017)	A concepção de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Dissertação	(NUNES, 2017)	A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas: o Campus Murici	Centro Universitário Tiradentes
Dissertação	(LIMA, 2017)	A implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: uma discussão sobre a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional	Universidade Candido Mendes
Dissertação	(LIMA, 2017)	A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal de Mato Grosso (IFTM)	Universidade Federal de Goiás
Dissertação	(MILLIORIN, 2018)	Atuação da Rede Federal na	Universidade

		ampliação do direito à educação básica: uma análise da oferta do ensino médio integrado nos Institutos Federais	Federal do Paraná
Dissertação	(SANTOS, J., 2018)	Análise da eficiência de unidades de ensino: um comparativo da evolução do desempenho entre os <i>campi</i> do Instituto Federal Farroupilha	Universidade Federal de Santa Maria
Tese	(SILVA, 2018)	A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: regionalizações e reordenamento	Universidade Federal da Bahia
Dissertação	(OLIVEIRA, 2019)	O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Campina Grande, para o desenvolvimento regional	Universidade Federal da Paraíba
Dissertação	(MONTE, 2019)	Expansão e Interiorização dos Institutos Federais de Educação: reflexões sobre a implantação e atuação do IFPI - Campus Angical	Universidade Federal do Piauí
Dissertação	(MORAIS, 2019)	Gargalos e potencialidades da Educação Profissional Técnica e Tecnológica para a implementação da política de ciência, tecnologia e inovação: caso Instituto Federal do Paraná (2012 – 2017)	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Tese	(STÜRMER, 2020)	Os Institutos Federais e o desenvolvimento: perspectivas inclusivas de um educador geógrafo	Universidade Federal de Santa Maria
Dissertação	(GOMES, 2020)	Política de Educação Profissional e Tecnológica: avaliação das contribuições do IFCE para o desenvolvimento da região dos Sertões de Crateús-CE	Universidade Federal do Ceará

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com as Plataformas BDTD e CAPES.

Os títulos e os resumos são fundamentais na escolha de quais estudos analisar, pois concordamos com a afirmação de Ferreira (2002, p. 261) de que os títulos “[...] anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo”. Observamos que não são todos os títulos que destacam a expansão e interiorização dos IFs, mas, ao analisar os resumos e as palavras-chave, percebemos claramente a relação com a temática estudada. Foram lidas as introduções para que os estudos fossem incluídos nas análises. Na Figura 1, elaboramos uma nuvem de palavras com as palavras-chave dos 21 estudos incluídos. Nela é possível observar o que mais foi fundamentado teoricamente pelos pesquisadores:

Essas discussões teóricas foram feitas pelos autores a partir dos seguintes métodos: Macedo (2014) utilizou abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental descritiva e etnográfica de cunho socioeducacional, com entrevistas semiestruturadas. Furtado (2014) usou o método de revisão bibliográfica e documental com a Técnica de Análise Envoltória de Dados (DEA). Costa (2011) e Moreira (2015) fizeram revisão bibliográfica, pesquisa documental institucional com caráter exploratório, aplicação de questionários e entrevistas. Santos, F. (2016) usou a mesma metodologia, com observação participante. Moritz (2017) e Milliorin (2018) fizeram pesquisa bibliográfica e documental. Santos, J. (2018) fez

abordagem quantitativa e descritiva com análise documental. Brotto (2013) realizou a pesquisa com abordagem quali quantitativa e análise documental e aplicou questionários semiestruturados e entrevistas com gestores e servidores.

Gomes (2020) usou a mesma abordagem sem aplicação de questionários e entrevistas. Silva (2018) fez abordagem analítica regional, de cunho qualitativo e quantitativo, articulando os procedimentos metodológicos em quatro eixos: teórico metodológico, empírico, descritivo-analítico e propositivo. Leite (2013), França (2013) e Monte (2019) usaram abordagem qualitativa, estudo de caso institucional, com revisão bibliográfica e documental. Estevo (2016) e Lima (2017) usaram o mesmo método, aplicando entrevistas semiestruturadas. Stunpf (2016) realizou a técnica de grupo focal. Nunes (2017) e Moraes (2019) coletaram os dados com questionários, e Oliveira (2019), com questionários e entrevistas. Stürmer (2020) foi o único pesquisador que fez pesquisa participante com método reflexivo e pesquisa documental na perspectiva territorialista.

Figura 1 – Nuvem de palavras das palavras-chave das dissertações e teses analisadas.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Quanto à motivação apontada pelos autores para estudar o tema, revelou-se o seguinte: França (2013) declarou ter sentido interesse pela temática por causa de suas atividades profissionais, pois trabalha exercendo a função de assistente social no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Brotto (2013) é professor há 19 anos do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Macedo (2014) ingressou no Instituto Federal do Amapá (IFAP) no cargo técnico no primeiro concurso público e, então, sentiu a necessidade de conhecer as complexidades da organização estrutural da instituição.

Estevo (2016) é bibliotecário no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) desde 2013 e sentiu desejo de compreender melhor a interiorização e expansão da instituição onde trabalha. Santos, F. (2016) enfatizou que o seu interesse pela pesquisa aconteceu quando iniciou como gestor de ensino no IFES no ano de 2011. Stunpf (2016) tem formação em administração e pertence ao corpo docente do Campus Coronel Vivida. Lima (2017) é servidor do campus Santo Antônio de Pádua, Gomes (2020) é professora, pesquisadora do Campus Crateús/IFCE. Gomes (2020) também teve motivação pessoal, pois é professora no Campus Crateús.

Furtado (2014) e Milliorin (2018) desenvolveram suas pesquisas a nível nacional. Furtado analisou o conceito de teoria do capital humano, formas de investimentos em educação no Brasil e a política de Prestação de Contas. Esclareceu que apenas seis IFs, dentro da amostra de 19 unidades, alcançaram o escore de eficiência nos anos de 2012 e 2013. Ao analisar a expansão, afirma que não houve significância estatística de escores de eficiência no

ano de 2012, relacionando o impacto da relação aluno matriculado com os gastos, os índices de titulação docente e a relação professor por aluno matriculado. Sergipe e Ceará apresentaram os melhores índices.

Em 2013, a eficiência acadêmica foi negativa, então as duas hipóteses da pesquisa foram negadas. (H1: Os valores apresentados em 2012 e 2013, por meio do indicador da Rede Federal de EPCT, Relação ingressos por aluno, influenciam positivamente a eficiência dos institutos federais e H2: Os valores apresentados em 2012 e 2013, com base no indicador da Rede Federal de EPCT, Índice de Retenção de Fluxo Escolar, influenciam negativamente a eficiência dos institutos federais.)

Moreira (2015), Estevo (2016), Stunpf (2016) e Milliorin (2018) fizeram discussões teóricas sobre a relação entre o trabalho e a educação, relacionando o modo de produção com a educação às disputas e tendências. Milliorin (2018) destacou que, na Rede Federal, houve uma expansão de 537% nos cursos do Ensino Médio Integrado (EMI), ou seja, em 2007, foram feitas 27.204 matrículas e, em 2017, o número se ampliou para 173.360. As matrículas no curso concomitante apresentaram declínio em 2007, quando teve o maior número, com 36.733, enquanto em 2012 registrou-se o menor, com 25.008. Ao observar as matrículas nos cursos subsequentes na Rede Federal, o maior número de matrículas foi em 2015, com 152.309, e o menor em 2007, com 45.840. A expansão no período foi de 232% (INEP, 2008-2018).

Em 2017, dos IFs em atividade, 90,2% estavam instalados fora das capitais dos estados e 187 deles, ou seja, 35,8% localizavam-se nos municípios com menos de 50 mil habitantes. Desse modo, pode-se afirmar que a expansão dos IFs se deu num processo de interiorização, com um aumento de 2007 a 2017 de 341% (INEP, 2008-2018). As altas taxas de reprovação e abandono indicam que a aprendizagem não se efetiva para muitos discentes. A inclusão se materializa no acesso, falta ser garantida no decorrer dos cursos (MILLIORIN, 2018).

Moritz (2017), ao analisar o documento lançado pelo MEC “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes”, conclui que a contradição permeia a constituição dos IFs e os objetivos da instituição, pois os discursos e os documentos analisados demonstram ter um compromisso com a EPT indo além do aspecto econômico, na perspectiva da emancipação do sujeito como um agente político capaz de compreender e transformar a realidade por meio da produção da ciência e da tecnologia. Mas os documentos apresentam também alinhamento com a demanda do capital quando está voltada para atender aos APLs.

Costa (2011), Santos, F. (2016) e Gomes (2020) discutiram nas suas pesquisas a dualidade histórica da EPT e analisaram as políticas públicas, a concepção pedagógica e institucional dos IFs. Monte (2019) e Stürmer (2020) enfatizaram os conceitos de território discutindo também o desenvolvimento local e regional. Nunes (2017) e Lima (2017) priorizaram a discussão sobre o desenvolvimento econômico local e regional e as políticas públicas da EPT. Brotto (2013) analisou as categorias democracia, participação social e função social. Oliveira (2019), França (2013) e Moritz (2017) destacaram a importância do Estado na aplicação das políticas sociais da educação profissional, especialmente a assistência estudantil e as ações de extensão e ensino.

Os pesquisadores que refletiram sobre a expansão a nível nacional, a interiorização estadual dos IFs, os principais desafios e os gargalos enfrentados, fazendo relação com o desenvolvimento regional territorial, foram: Leite (2013), que analisou o IF do Amazonas; Brotto (2013) refletiu sobre o processo da expansão no IF do Espírito Santo; Lima (2017) estudou o IF do Mato Grosso; Silva (2018) investigou a expansão e interiorização no Estado da Bahia e, por fim, Moraes (2019) discutiu o IF do Paraná abordando conceitos introdutórios

sobre ciência, tecnologia, inovação e políticas públicas, o papel da educação na formação, difusão e uso da Ciência, Tecnologia e Inovação dos Sistemas Regionais de Inovação e o modelo da Hélice Tríplice. Na Figura 2, consta uma segunda nuvem de palavras com o nome dos autores mais mencionados nas fundamentações teóricas:

Os grandes nomes dos teóricos da EPT foram citados em praticamente todas as dissertações e teses: Frigotto, Ciavatta, Ramos, Kuenzer, Cunha e Pacheco foram os que mais se destacaram e a base da maioria dos estudos foi o materialismo histórico e dialético. A dualidade histórica, o histórico da EPT, o desenvolvimento local, regional, as políticas públicas enfim, as transformações ocorridas para que os jovens do interior passassem a ter acesso a uma formação humana integral fizeram parte da maioria dos debates teóricos.

Brotto (2013) esclareceu que, até o ano de 2010, foram construídos 15 *campi* no estado do Espírito Santo. Com isso, houve um grande avanço na ampliação de matrículas, pois, em 2003, eram 4.438 alunos, ampliando-se para 10.130 no ano de 2010. A pesquisa concluiu que houve a democratização de acesso aos cursos, porém, a maioria dos servidores relatou que não teve a oportunidade de opinar sobre a expansão e a criação do IFES.

Lima (2017) afirmou que a expansão superou as expectativas no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), pois a instituição é composta por 19 *campi* em 18 cidades do estado. Atende aos municípios das microrregiões e tem capacidade para atender 79% dos 141 municípios que compõem o estado. No ano de 2007, a proposta de implantação estimava atender 1.476.067 habitantes. Houve um aumento de aproximadamente 106% nesse potencial, e a estrutura institucional é capaz de alcançar uma população de 3.034.288 (três milhões e trinta e quatro mil e duzentos e oitenta e oito) habitantes do estado (BRASIL, 2017).

Figura 2 – Nuvem de palavras com o nome dos autores mais citados pelos pesquisadores.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A pesquisa de Lima (2017) constatou que o processo de expansão no Mato Grosso atendeu às características produtivas locais de onde os *campi* foram instalados, contribuindo para o desenvolvimento local. Os cursos foram planejados assegurando um desenvolvimento autônomo com fundamentação nas características locais, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e *per capita*, o

número de habitantes, comparando o perfil do campus e a definição dos eixos tecnológicos para a escolha dos cursos. Em 2016, aumentou para 108 tipos de cursos nas diferentes modalidades. A escolha dos novos cursos atendeu às demandas regionalizadas e os estágios de desenvolvimento econômico.

Silva (2018) aponta que a expansão nos IFs da Bahia seguiu o modelo nacional, ou seja, privilegiou alguns lugares, o localismo reinou na distribuição dos *campi*. Em Salvador, estão as reitorias e a maior parte dos *campi*, desse modo, existiram lacunas para que o IF pudesse ter chegado em todo o território baiano, principalmente no norte e oeste da Bahia. Existe uma divisão muito visível entre o IFBAIANO, que foi criado com o objetivo de atender à demanda do campo, e o Instituto Federal da Bahia (IFBA), que atende às tecnologias pertinentes aos setores urbanos. O que mais se percebeu com a pesquisa foi a concentração dos *campi* nas regiões mais privilegiadas e a burocracia nas reitorias, criando gargalos devido principalmente às longas distâncias. Alguns *campi* da Bahia passaram a oferecer mais cursos superiores, deixando a formação no ensino médio integrado em segundo plano.

Silva (2018) propôs uma regionalização para diminuir as disparidades regionais na oferta dos *campi* na Bahia, reagrupando os *campi* numa nova regionalização e propondo a descentralização, ou seja, a divisão dos atuais *campi* do IFBA e IFBAIANO em outros três institutos. Desse modo, a Bahia teria cinco IFs de acordo com o reordenamento regional.

Em seu estudo, Leite (2013) ressaltou os gargalos identificados que atrasaram a expansão no Amazonas: infraestrutura precária, pessoal não motivado ou não capacitado, recursos humanos ineficientes, falta de comprometimento e informação. Foi elaborado um mapa priorizando seis aspectos que demonstraram os efeitos promovidos pela expansão: desenvolvimento de pessoas, eficiência acadêmica, eficiência gerencial, melhoria da imagem institucional, responsabilidade socioambiental e satisfação com o governo federal.

Morais (2019) identificou os gargalos no Instituto Federal do Paraná (IFPR): a falta de interação com os demais atores do sistema, principalmente o produtivo, e parcerias com outras instituições sem ser educacionais. A maior dificuldade apontada para o estabelecimento de parcerias consistiu no desconhecimento da instituição na região. A pesquisa denunciou a estrutura burocrática para que os acordos sejam feitos. Outra dificuldade é a escassez de recursos com relação à estrutura disponível, de recursos financeiros e a ausência de avaliações sistemáticas.

Macedo (2014) relatou que a maior dificuldade do Campus Laranjal do Jari é a questão do deslocamento, pois ele se localiza a 320 km da capital, com uma estrada em péssimo estado, em boa parte sem asfalto. Não existe transporte coletivo para o deslocamento dos servidores e de alunos até o campus, o que dificulta o acesso. A maioria dos alunos faz o trajeto a pé, de bicicleta, táxi ou ônibus particular, com horário estipulado. No período chuvoso, tal deslocamento pode durar de oito a dez horas. Os servidores que trabalham no campus residem, em sua maioria, no município de Almerim, devido à falta de atendimento médico, saneamento básico, moradia e lazer.

Gomes (2020) faz uma exposição das principais possibilidades e desafios do Campus Crateús: no ensino, ausência de estágio nas licenciaturas e aulas práticas nos cursos técnicos, currículo descontextualizado com o semiárido, taxas altas de retenção e evasão; na pesquisa e extensão: criação de novas tecnologias e excesso na remoção dos professores; na inserção no mundo do trabalho, a criatividade profissional fica na frente dos entraves culturais da região e do mercado de trabalho; quanto ao alcance do IF, existe divulgação e diálogo no seu entorno, nos municípios da macrorregião e zona rural; as parcerias com os setores públicos e privados e com a sociedade civil promovem o desenvolvimento local e regional.

Os *campi* pesquisados que iniciaram as aulas no ano de 2010, na segunda fase da expansão dos IFs, foram: Campus Macapá e Laranjal do Jari no Amapá (MACEDO, 2014), Campus de Panambi do Instituto Federal de Farroupilha (MOREIRA, 2015), Campus Araraquara do IFSP (ESTEVO, 2016), Campus Murici no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) (NUNES, 2017), Campus Angical do Instituto Federal do Piauí (IFPI) (MONTE, 2019) e Campus Crateús do Instituto Federal do Ceará (IFCE) (GOMES, 2020). O Campus Ibatiba do IFES (SANTOS, F., 2016) e o Campus Coronel Vivida (STUNPF, 2016) iniciaram as aulas em 2011, e o Campus Santo Antônio de Pádua do IF Fluminense no Rio de Janeiro iniciou as aulas na terceira fase da expansão no ano de 2015 (LIMA, 2017).

Macedo (2014) relatou que o único município que fez a proposta para receber o segundo campus no Amapá foi Laranjal do Jari. Para isso, foi considerado o baixo IDH e a localização, já que atenderia a toda a região. Outro fator importante para a escolha foi o desenvolvimento territorial.

Nunes (2017) afirmou que houve influência política para a implantação do Campus Angical, pois ele é resultado de um projeto elaborado em 2007 com as características necessárias para que o município fosse contemplado com a instalação, dando dinamicidade à economia local e aumentando o consumo de produtos e serviços, uma vez que estimularia o surgimento de empreendimento local, gerando emprego e renda. Os cursos de Agroecologia e Agroindústria atenderam à região porque a principal atividade executada é a criação de animais no âmbito familiar e produção de vegetais.

Gomes (2020) explicou que, no dia 31 de janeiro de 2007, o ex-presidente da República esteve na cidade de Crateús na inauguração da Brasil Eco Diesel. Nesse evento, estava presente a população em geral, os políticos da região e estado, os grupos organizados. Nessa visita, o Presidente reafirmou o compromisso com as políticas sociais: “Se Crateús é a cidade-polo da região, podem ficar certos de que aqui vai ter uma extensão universitária e vai ter uma Escola Técnica Profissional para ensinar profissão para essa juventude brasileira”. Após o discurso, iniciou um movimento para implantar uma unidade do antigo CEFET-CE em Crateús.

França (2013), Macedo (2014), Moreira (2015), Estevo (2016) e Lima (2017) traçam uma discussão das decisões finais das audiências públicas sobre as escolhas dos cursos nos *campi*. França (2013) destacou que foram feitas audiências públicas em João Câmara com representantes do poder municipal, vereadores, sociedade em geral, trabalhadores e empresários. Os cursos se iniciaram em setembro de 2009 e foram considerados os arranjos locais para a escolha dos cursos. Inicialmente, os cursos ofertados foram: Licenciatura em Física, cursos subsequentes de Cooperativismo e Informática e, no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Cooperativismo e Informática.

Macedo (2014) esclareceu que foram realizadas duas audiências públicas em Macapá com autoridades, comunidade local, entidades, governador do estado, o secretário de educação, entre outros, ficando decidido que os cursos a serem ofertados considerariam o desenvolvimento local e regional.

Moreira (2015) verificou que houve audiências públicas na cidade de Panambi, sendo pedidos cursos nas áreas de Agroindústria, Edificações e Química e, principalmente, um curso para operações de pós-colheita de grãos, pois esta é a principal atividade econômica das empresas locais e regionais. Os cursos escolhidos atendem e promovem o desenvolvimento local e regional.

Estevo (2016) enfatizou que os cursos ofertados foram escolhidos de acordo com o interesse dos políticos locais e das empresas da região, que fizeram acordos para que o IF

fosse criado; nas audiências públicas, foi apresentado para a comunidade o conceito do IF; alguns entrevistados não perceberam que seriam importantes os APLs para a escolha dos cursos. As áreas dos cursos oferecidos não tiveram como fator decisivo a relação com o sucroalcooleiro, os setores de confecção têxtil, a floricultura e os equipamentos odontológicos, APLs identificados na região do campus. Os cursos são alinhados com os APLs de São Paulo e não de Araraquara, já que um grupo de empresas exerce influência nas decisões do IFSP – Campus Araraquara (ALVES *et al.*, 2023).

Lima (2017) esclareceu que, no relatório da Audiência Pública de 2013, houve a sugestão da criação de vários cursos, como agropecuária, geologia, engenharia de mineração, meio ambiente, fundição, solda, moveleira, eletricidade, tornearia e turismo local, porém, nenhum deles foi implantado até o ano de 2016.

Stunpf (2016) concluiu que o campus Coronel Vivida contribui para o conhecimento e as demandas no aspecto local e regional, visando não apenas ao desenvolvimento econômico, mas ao desenvolvimento cultural, ético e socioambiental. Os gestores destacaram a importância da interiorização, pois a EPT chegou a lugares onde jamais se havia imaginado, ampliando o acesso à educação. As políticas públicas e internas destacam a perspectiva de formação humana, ética, política, para além da formação técnica. Está sendo construída uma relação de identidade com relação às categorias trabalho e desenvolvimento regional. Essa consolidação de identidade dos IFs se faz necessária tanto com relação às políticas públicas quanto com às políticas internas. Os gestores demonstraram reticência em relação ao atual cenário político, afirmando que haverá resistência a qualquer tipo de política que venha a prejudicar as condições da classe trabalhadora.

França (2013) destacou que a abordagem dos Programas da Assistência Estudantil na discussão sobre expansão é importantíssima, pois apenas as vagas nos IFs não são o suficiente para que se concretize o direito à educação, e Monte (2019) descreve que uma estratégia adotada para a permanência nos cursos é o trabalho da assistência estudantil, que oferece suporte em diversas frentes, quais sejam: Programa de Iniciação Científica (PIBIC); monitoria; programa de acolhimento ao estudante ingressante; benefício estudantil aos alunos em situação de vulnerabilidade social.

Santos, F. (2016) comprovou que o Campus Ibatiba atende à classe social menos favorecida, garante a permanência e combate a evasão escolar através da concessão de auxílios estudantis nas áreas de alimentação, transporte, uniforme, moradia e material escolar. Gomes (2020) ressaltou que os cursos no Campus Crateús atendem aos arranjos produtivos locais, porém o acesso e a permanência são garantidos por meio da oferta do curso e da política da Assistência Estudantil, que precisa ser ampliada para atender mais. A estrutura do campus é de qualidade, porém, é necessário repensar as práticas pedagógicas. A extensão promove a boa relação entre o campus e a comunidade por meio dos cursos de capacitação, eventos acadêmicos, aulas práticas, projetos de cultura e arte. Com relação à empregabilidade, não foi possível observar grandes alterações positivas pela análise dos cursos técnicos em Agropecuária e Edificações.

Oliveira (2019) enfatizou a importância das ações de Extensão e Cultura na formação do aluno, no aprimoramento docente e na troca de saberes com a comunidade. Depois de analisados os editais das atividades extensionistas, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande cumpre a sua função social, cultural e educacional por meio da geração e difusão da ciência e da tecnologia. Os projetos são pensados e executados de acordo com os processos político-pedagógicos e muitos se destacam graças ao fortalecimento de Parcerias Sociais.

Monte (2019) discutiu a relevância de avaliar os projetos de extensão e pesquisa para que contribuam com o desenvolvimento local, sugerindo a criação de um documento

específico para padronizar as atividades de extensão. Considera essencial que haja avaliação da prática docente e formação, pois as pesquisas são conduzidas pelos docentes, e finaliza seu texto enfatizando que as novas pesquisas devem ser feitas considerando o desenvolvimento local, por meio das atividades de pesquisa e extensão (ALVES *et al.*, 2023).

O presente artigo não procurou em nenhum momento esgotar as discussões sobre a expansão e interiorização dos IFs. Ao reunir os principais resultados das pesquisas que compuseram este estado do conhecimento, ficaram evidenciadas várias conquistas para que a classe trabalhadora passasse a ter acesso a uma formação profissional emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste levantamento bibliográfico, buscou-se analisar o processo de interiorização e expansão dos IFs, verificando as mudanças locais e regionais onde essas instituições foram construídas, ou onde outras instituições foram transformadas em IF.

Após a análise, ficou evidenciado que os IFs analisados pelos pesquisadores promoveram desenvolvimento local e regional, elevando a escolaridade da população e da região, oportunizando a muitos jovens e trabalhadores a aquisição de uma profissão por meio de um curso técnico integrado, concomitante ou subsequente. Contudo, Lima (2017) ressaltou que, no IF Fluminense, os cursos não foram escolhidos de acordo com a realidade local e sugestões das audiências públicas, nem houve um mapeamento das potencialidades, mas somente sondagens informais.

Estevo (2016) também enfatizou que, no Campus Araraquara, não foram privilegiados os APLs do município e região, mas sim os do estado de São Paulo e, na escolha dos cursos, privilegiaram-se os de baixo custo e com curta duração. Esses pesquisadores comprovaram a influência dos políticos para que os municípios fossem contemplados com os *campi*. Outro exemplo foi o Campus de Crateús, construído após um compromisso político do ex-presidente Lula (GOMES, 2020).

Nunes (2017) enfatizou também a influência política do prefeito para que a cidade de Murici/AL fosse contemplada com a criação da unidade. Concluiu que a escolha dos cursos atendeu à região, muito embora os professores não participem do cotidiano do município de Murici, uma vez que residem na capital do estado.

Macedo (2014) observou que o município de Laranjal do Jari fez o projeto atendendo a todos os critérios do Programa da Expansão, e Farroupilha também foi contemplada com o IF devido aos acordos políticos (MOREIRA, 2015). Para serem contemplados com a construção, os municípios doaram os terrenos e fizeram compromissos de ofertar transporte escolar.

Moreira (2015) e Leite (2013) destacaram que a formação dos IFs prepara o jovem para as mudanças que acontecem no mundo do trabalho e que a chegada da instituição contribuiu para a elevação do índice de escolaridade da população, trazendo mudanças sociais. Tal contribuição também foi observada por Monte (2019), ao relatar que o campus Angical atende os discentes oriundos de famílias carentes, elevando a escolaridade da população tanto do município como de cidades vizinhas e contribuindo para a melhoria de vida. Stunpf (2016) deixou claro que as políticas públicas e internas destacam a perspectiva de formação humana, ética, política, para além da formação técnica.

França (2013), Nunes (2017) Santos, F. (2016), Moritz (2017) e Gomes (2020) destacaram a importância da assistência estudantil e das políticas públicas, pois não basta garantir acesso por cotas, é preciso que haja ações para a permanência e conclusão com êxito.

As pesquisas evidenciaram as mudanças ocorridas com o processo de interiorização e expansão dos IFs, que provocou o desenvolvimento local e regional, com a ampliação das vagas e da oferta de novos cursos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C.N.P.; CAMPINHO, A.L.M.C.; ARRUDA, A.P.S.N. As prerrogativas dos institutos federais e a oferta educacional. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 19, Dossiê Retomada Econômica Pós-Pandemia, jul.-dez. 2020.
- ALVES, S. dos R. P.; SANTIAGO, L. A. S.; CARVALHO, M. A.; SOUZA, R. C. de. O inventário das dissertações sobre a expansão e interiorização dos Institutos Federais. **Revista Ciências & Ideias**, ISSN 2176-1477, v. 14, jan./dez. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2008**. Brasília: INEP, 2009.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2017**. Brasília: INEP, 2018.
- BRASIL. MEC/SETEC. **Chamada Pública MEC/SETEC n. 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. MEC, 2007.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Governo anuncia expansão na Rede Federal de Educação Superior e Profissional**. Brasília, DF, 16 ago. 2011. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/estruturaadm/presidencia/galeria-presidentes/marco-maia-2011-2012/noticias-marco-maia/governo-anuncia-expansao-na-rede-federal-de-educacao-superior-e-profissional](https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/estruturaadm/estruturaadm/presidencia/galeria-presidentes/marco-maia-2011-2012/noticias-marco-maia/governo-anuncia-expansao-na-rede-federal-de-educacao-superior-e-profissional). Acesso em: 10 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF, 2008.
- BRASIL. Instituto Federal do Mato Grosso. **Relatório Anual Estatístico do IFMT, exercício de 2016**. Cuiabá, mar. 2017. Disponível em: http://ifmt.edu.br/media/filer_public/03/35/0335f5d6-85ba-416d-a37e-9e05254cf7b7/relatorio_v1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BROTTO, C. V. de P. **O processo de expansão do IFES: democracia, participação e função social**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- CEHELLA, G. A interiorização do ensino público federal e o desenvolvimento local. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 618-630, jan. 2019.
- COSTA, A. M. da. **Educação Profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional**. Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo /RJ, 2011.

ESTEVO, M.R.T. **Educação profissional no Brasil e a interiorização do Instituto Federal de São Paulo: trajetórias e lógicas da expansão.** Universidade Federal de São Carlos, 2016.

FERNANDES, C. C. M.; D'ÁVILA, J. L. O Estado do Conhecimento sobre a prática da pesquisa como instrumento pedagógico na educação básica: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 21/22, n. 42/44, p. 181-201, 2015/2016.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRANÇA, K. R. de O. **A assistência estudantil e a efetivação do direito à educação no IFRN.** 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FURTADO, L. L. **Análise da eficiência técnica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis. Vitória-ES, 2014.

GOMES, A. K. B. **Política de educação profissional e tecnológica: avaliação das contribuições do IFCE para o desenvolvimento dos Sertões de Crateús-CE.** Orientador: José Almir Farias Filho. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LEITE, A.E. **A expansão e a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas sob a ótica da qualidade.** Universidade Federal do Amazonas. 2013.

LIMA, S.F. **A implantação do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: uma discussão sobre a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional.** Universidade Candido Mendes, 2017.

MACEDO, P.C.S. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

MILLIORIN, A.S. Atuação da Rede Federal na ampliação do direito à educação básica: uma análise da oferta do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. Universidade Federal do Paraná, 2018.

MONTE, L. A. **Expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação: reflexões sobre a implantação e atuação do IFPI- Campus Angical.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Teresina-PI, 2019.

MORAIS, X. N. de. **Gargalos e potencialidades da educação profissional, técnica e tecnológica para a implementação da política de ciência, tecnologia e inovação: caso Instituto Federal do Paraná (2012-2017).** 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MOREIRA, V.G. S. **A política pública da educação profissional e tecnológica no campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha.** Dissertação final de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Educação nas Ciências, 2015.

MORITZ, J. **A concepção de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma.** Universidade Estadual do Paraná, 2017.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 13 out. 2014.

NUNES, L.A.V.G. **A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas: o campus Murici.** Centro Universitário Tiradentes, 2017.

OLIVEIRA, A. M. G. G. de. **O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Campina Grande, para o desenvolvimento regional.** Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2019.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **Holos**, Natal, v. 4, p. 1-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>.

SANTOS, F. A. L. F. dos. **Expansão e interiorização da rede federal de educação profissional: reflexões sobre a implantação do IFES Campus Ibatiba.** 2016. 32 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016.

SANTOS, J. P. P. dos. **Análise da eficiência de unidades de ensino: um comparativo da evolução do desempenho entre os *campi* do Instituto Federal Farroupilha.** Dissertação apresentada ao Curso de Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Santa Maria-RS, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. T. da. **A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: regionalizações e reordenamento.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia. Salvador-BA, 2018.

STUNPF, J. de S. **A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus avançado Coronel Vivida.** 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

STÜRMER, A. B. **Os institutos federais e o desenvolvimento: perspectivas inclusivas de um educador geógrafo.** Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de

concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Santa Maria-RS, 2020.